

Folha Bancária



SANTANDER APOSTA

NA VIOLÊNCIA POLICIAL

CONTRA BANCÁRIOS!

Na última quinta 22, Dia Nacional de Luta Contra a Terceirização – atividade que fez parte da Campanha Nacional dos Bancários 2024, mobilização para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria – o Santander apostou na violência policial contra bancários e bancárias durante protesto realizado pelo Sindicato no Radar Santander, concentração do banco espanhol.

Durante o ato, a Polícia Militar foi acionada pelo banco e atuou com extrema violência, agredindo trabalhadores, inclusive mulheres, que protestavam pacificamente desde o início da manhã. Feridos tiveram que ser atendidos no ambulatório.

“Não permitiremos que essa postura do Santander impeça nossa atuação em defesa dos direitos e da justa valorização dos bancários. Este episódio nos dará ainda mais energia para fortalecer a luta contra a terceirização, por direitos e aumento real”, diz a presidenta do Sindicato e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

“O banco é o principal responsável por essa atitude horrorosa de agressividade e truculência. A polícia agiu de forma muito violenta e o banco, na sua omissão, contribuiu para que trabalhadores fossem machucados. O Santander terá uma resposta à altura”, reforça Lucimara Malaquias, secretária-geral do Sindicato e bancária do Santander.



- 1 – Santander acionou a PM, que agrediu trabalhadores
- 2 – Diretora do Sindicato passou mal durante agressões da PM
- 3 – Policial desferiu soco no rosto de um dirigente do Sindicato



ACESSE O QR CODE

Assista ao vídeo que mostra parte da violência cometida pela PM contra os bancários

TERCEIRIZAÇÃO

O Santander está transferindo funcionários para outras empresas do mesmo conglomerado, cada uma com um CNPJ diferente e vinculada a um sindicato distinto. É uma forma encontrada pelo banco para fragmentar seus trabalhadores, enfraquecendo a representação sindical, cortar direitos e achar a remuneração.

O Santander está promovendo este processo desde o segundo semestre de 2021. E utiliza, para isto, empresas criadas para este fim como a STI, SX, Santander Corretora, F1RST, Prospera e SXTools.

O Sindicato luta para representar todo o conjunto de trabalhadores do ramo financeiro, sendo esta uma reivindicação da Campanha Nacional dos Bancários. O processo de terceirização no Santander é prejudicial inclusive para os contratados por meio deste modelo, uma vez que estes trabalhadores poderiam estar ocupando postos de trabalho não precarizados, com salários melhores, mais direitos e maior poder de negociação.

BANCÁRIOS BRASILEIROS EXIGEM RESPEITO

Os resultados da operação brasileira do Santander - quinto maior banco do Brasil, considerando o volume de ativos – comprovam que o banco não tem nenhuma justificativa para utilizar a terceirização como método para cortar direitos e reduzir a remuneração.

Em 2023, o Santander teve lucro líquido de R\$ 9,38 bilhões. Já no primeiro semestre de 2024, lucrou R\$ 6,35 bilhões, alta de 44,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado representa 18,8% do lucro global do Grupo Santander, colocando o Brasil como a principal operação do banco fora da Espanha.

“Não aceitaremos que o Santander continue a tratar os bancários brasileiros, que constroem seus excelentes resultados, como trabalhadores de segunda classe. Vai ter luta”, conclui a presidenta do Sindicato.

DEPUTADO ESTADUAL **LUIZ CLÁUDIO MARCOLINO FOI AGREDIDO COM ARMA DE CHOQUE.**

Uma das vítimas da violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, acionada pelo Santander durante protesto do Dia Nacional de Luta Contra a Terceirização, ocorrido no Radar Santander, foi o deputado estadual e ex-presidente do Sindicato, Luiz Cláudio Marcolino.

No momento em que tentava defender os bancários da violência da Polícia Militar, tentando dialogar com os policiais, o parlamentar foi atingido por um disparo de uma arma de choque (taser).

Em nota, a bancada de deputados da Federação PT/PCdoB/PV, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, repudiou a violência da Polícia Militar. “Infelizmente, não é o primeiro episódio de violência praticado contra parlamentares, no uso de suas prerrogativas, atacados de forma violenta por agentes de segurança que deveriam proteger todo e qualquer cidadão. A livre manifestação é um direito conquistado na democracia.”

“A bancada da Federação PT/PC do B/PV exige que a presidência da Assembleia Legislativa que cobre dos órgãos estaduais competentes as respostas necessárias para apuração desse episódio e a devida punição dos responsáveis pela agressão ao parlamentar”, completa a nota.

Por sua vez, a ouvidoria da PM afirma que abriu procedimento para apurar o episódio. Em nota enviada ao UOL, a Ouvidoria informou que acionou a Corregedoria e solicitou imagens das câmeras operacionais dos policiais e das câmeras do local. “Ainda oficiaremos o Ministério Público do Trabalho manifestando nossa preocupação com as eventuais irregularidades cometidas”, informa no texto.

SINDICATO AGRADECE A SOLIDARIEDADE DE ENTIDADES SINDICAIS, LIDERANÇAS POLÍTICAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região agradece imensamente a solidariedade de diversas entidades sindicais, lideranças políticas e outras organizações diante da violência cometida pela Polícia Militar do Estado de São Paulo contra os bancários durante o protesto realizado no Radar Santander na quinta-feira, 22 de agosto, Dia Nacional de Luta Contra a Terceirização.

Entre as entidades sindicais e políticas que manifestaram seu apoio e solidariedade estão: Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT), CUT (Central Única dos Trabalhadores); CUT-SP (Central Única dos Trabalhadores – São Paulo); UNI Global Union; Fetec-CUT/SP (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo); Fetraf RJ/ES (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo); Fetraf-NE (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste); Sindicato dos Bancários do ABC; Sindicato dos Bancários de BH e Região; Sindicato dos Bancários de Campo Grande-MS e Região; Sindicato dos Bancários de Alagoas; Sindicato dos Bancários do Ceará; Sindicato dos Bancários de Uberaba e Região; Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo; e Bancada dos Deputados e Deputadas Estaduais da Federação PT/PC do B/PV na Assembleia Legislativa de São Paulo.



Momento da agressão contra Luiz Cláudio Marcolino



Secretária-geral do Sindicato e bancária do Santander, Lucimara Malaquias

FOTOS: MARCOS URIAS, LUAN SILVA E WILLY ROBERTO



Rita Berlofa, secretária de Relações Internacionais da Contraf-CUT e bancária do Santander



Da esquerda para a direita: Wellington Prado, dirigente do Sindicato; Wanessa Queiroz, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) Santander; Ana Marta Lima, diretora do Sindicato; e André Pereira, dirigente do Sindicato



ACESSE O QR CODE

Assista ao vídeo com cenas da truculência da PM durante protesto no Radar Santander

DESRESPEITO! BANQUEIROS APRESENTAM PROPOSTA COM PERDAS SALARIAIS!



Comando Nacional dos Bancários rejeitou a proposta dos banqueiros na mesa de negociação

Na última semana ocorreram duas mesas de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (federação dos bancos), no âmbito da Campanha Nacional Unificada dos Bancários.

ÍNDICE INDECENTE

Na negociação da quarta 21, finalmente a Fenaban apresentou proposta de índice para o reajuste salarial. Porém, o índice proposto, de 85% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), passou longe de atender as expectativas da categoria. O Comando rejeitou a proposta na mesa.

O reajuste proposto resultaria em perda de 0,57% na remuneração dos bancários. Considerando a projeção da inflação para a data-base da categoria, 3,96% em 1º de setembro, o percentual de 85% do INPC equivaleria a reajuste de apenas 3,37%. Esse índice colocaria o reajuste bancário entre os 1,4% piores reajustes dentre os 8.810 já firmados em 2024.

“O recado que a Fenaban está dando, com essa proposta, é de que os bancos não valorizam os bancários, que constroem, com seu trabalho diário, seus altíssimos lucros. A categoria está mobilizada, organizada, e não vai aceitar proposta sem aumento real”, diz Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

“Ao serem cobrados se queriam resolver a campanha na negociação, e sabendo que isso requer aumento real, a resposta dos bancos foi que têm compromisso e que trarão no próximo encontro uma proposta englobando todos os temas”, acrescenta Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e também coordenadora do Comando.

BANCOS CHORAM DE BARRIGA CHEIA

O lucro líquido dos maiores bancos cresceu 169% acima da inflação, entre 2003 e 2023. Para 2024, há sinalização de resultados ainda melhores. Juntos, quatro dos maiores bancos (Itaú, Bradesco, Santander e BB) lucraram R\$ 53,9 bi no 1º semestre, alta de 13% em relação ao mesmo período de 2023.

De 2003 a 2022, o lucro líquido real dos bancos em

geral (todo o setor bancário) subiu 270%, enquanto a remuneração média dos bancários cresceu 16%.

“No mesmo período, os ganhos reais previstos em CCT para a categoria foram de 21%, mas a remuneração média dos bancários cresceu apenas 16%. Isso aconteceu por conta da alta rotatividade no setor, que demite trabalhadores com salários maiores e contratam com salários menores”, explica Neiva.

BANQUEIROS QUERIAM REBAIXAR A SUA PLR

Na terça 20, os banqueiros propuseram rebaixar a PLR e retirá-la dos trabalhadores com auxílio doença por mais de 90 dias. Além disso, propuseram segmentar a CCT de acordo com a ROE (rentabilidade sobre o patrimônio líquido) de cada banco. Assim, bancos que tivessem rentabilidade menor pagariam benefícios de forma proporcional, o que significaria redução de direitos como PLR, VA e VR, auxílio creche, etc. O Comando rejeitou a proposta.

TELETRABALHO

Também na terça 20, após ameaçarem, em mesas anteriores, reduzir o teletrabalho, os bancos retrocederam e apresentaram proposta de manutenção do home office. O Comando deixou claro que a manutenção do teletrabalho é prioridade para os bancários e não aceitaria retrocessos.

DEMAIS REIVINDICAÇÕES

Nas negociações, o Comando exigiu ainda respostas da Fenaban sobre as demais reivindicações. Os bancos ainda não trouxeram propostas para a PLR, VA e VR; medidas para a defesa do emprego; contra a terceirização; de combate às metas abusivas; linhas de crédito diferenciadas para os bancários; e de inclusão de PCDs e neurodivergentes, pessoas LGBTQIA+; melhorias na ajuda de custo do teletrabalho; jornada de 4 dias; isonomia salarial entre homens e mulheres, entre outras.

As negociações serão retomadas na terça 27 e seguem por toda a semana.

NEGOCIAÇÃO COM O BANCO DO BRASIL



Foi realizada, na quinta-feira, 22 de agosto, a oitava mesa de negociação específica para a renovação do Acordo Aditivo de Trabalho dos funcionários do Banco do Brasil. Acesse o QR Code abaixo e saiba tudo o que aconteceu.



NEGOCIAÇÃO COM A CAIXA



Também na quinta-feira 22, ocorreu a oitava mesa de negociação específica para renovação do Acordo Aditivo de Trabalho dos empregados da Caixa Econômica Federal. Acesse o QR Code abaixo e saiba tudo o que aconteceu.



PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA O ATUAL MOMENTO DA CAMPANHA DOS BANCÁRIOS

2024



**As questões apresentadas nesta página foram selecionadas com base nos questionamentos mais frequentes de bancários nas redes sociais do Sindicato*

O QUE É AUMENTO REAL?

Aumento real significa reajuste acima da inflação, mensurada pelo INPC no período entre a data-base da categoria do ano anterior e a véspera da data-base do ano corrente (INPC + percentual de aumento real).

Este ano, os bancários reivindicam a reposição da inflação (INPC) e aumento real de 5% nos salários, na PLR e demais verbas, e reajustes maiores para VA e VR.

O QUE É ULTRATIVIDADE?

Ultratividade é um princípio jurídico que garante a validade de um acordo coletivo de trabalho até que outro seja firmado. A reforma trabalhista, que entrou em vigor em 2017, acabou com a ultratividade. Assim, os acordos coletivos e convenções coletivas que não forem renovados até as datas de sua validade perdem a vigência. O fim da ultratividade coloca em risco os direitos previstos em Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários, uma vez que a CCT tem validade até 31 de agosto de 2024.

Na primeira mesa de negociação com a Fenaban na Campanha Nacional 2024, o Comando Nacional dos Bancários propôs a assinatura de um pré-acordo para garantir a validade da CCT até a assinatura de uma nova convenção. Porém, os banqueiros não aceitaram a proposta.

E A GREVE? POR QUAL RAZÃO AINDA NÃO ENTRAMOS EM GREVE?

A greve é o último recurso do trabalhador quando uma negociação não resulta em acordo entre empregados e empregadores.

No momento atual da Campanha Nacional dos Bancários 2024, uma semana decisiva, na qual a categoria espera uma proposta global da Fenaban, que contemple aumento real para salários, PLR, VA, VR e demais verbas, além das demais reivindicações, existem outros instrumentos de pressão como, por exemplo, protestos e paralisações.

E A ASSEMBLEIA? QUANDO VAI ACONTECER?

Os sindicatos de bancários de todo o país ainda não fi-

zeram assembleias por uma razão simples: os banqueiros não apresentaram nenhuma proposta que atenda minimamente as expectativas da categoria.

A única proposta de reajuste salarial feita pela Fenaban – de 85% do INPC, que resultaria em perdas salariais para a categoria – foi rejeitada pelo Comando Nacional dos Bancários na mesa de negociação.

Os sindicatos convocarão assembleias em suas bases quando os banqueiros apresentarem uma proposta decente, que contemple a justa valorização dos bancários, direitos e melhores condições de trabalho; ou então quando as negociações chegarem ao seu limite, um impasse, situação na qual a categoria terá que decidir quais os próximos passos da campanha.

QUEM DECIDE SE VAI TER GREVE?

São os bancários. Quando as negociações se esgotam e chegam a um impasse, com uma proposta insuficiente, os trabalhadores decidem em assembleia se entram ou não em greve.

A Constituição Federal, em seu artigo 9º, e a Lei nº 7.783/89, asseguram o direito de greve a todo trabalhador. Para ser considerada legítima, a greve deve ser decidida de forma democrática, em uma assembleia formada por trabalhadores de determinada base sindical, e informada previamente em veículos de imprensa.

O QUE É DISSÍDIO COLETIVO?

ATENÇÃO! Dissídio não é o mesmo que a data-base de uma categoria, que no caso dos bancários, é 1º de setembro.

Dissídio coletivo é como se chamam as ações propostas à Justiça do Trabalho. Não são, portanto, resultado de negociação ou campanha salarial. Pelo contrário: é justamente quando as negociações chegam a um impasse, quando as partes envolvidas não conseguem chegar a um acordo, que ocorrem os dissídios coletivos. Neste caso, quem resolve é a Justiça, tirando dos trabalhadores sua força na negociação e seu poder de greve.

No caso dos bancários, o instrumento do dissídio coletivo é extremamente raro de ser aplicado, uma vez que as campanhas nacionais da categoria historicamente são resolvidas na mesa de negociação, com ou sem a realização de greves.



PLENÁRIA NA QUINTA-FEIRA 29. PARTICIPE!

Neste momento decisivo da Campanha Nacional Unificada dos Bancários 2024, o Sindicato realizará uma plenária na quinta-feira, 29 de agosto, 19h, no Auditório Azul da sede do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro), para informar,

mobilizar e debater com os trabalhadores os próximos passos do movimento da categoria por valorização, direitos e melhoria nas condições de trabalho.

Vamos juntos até a vitória!